

O Valor da Verdade: Democracia e Má Teoria

Carlos Alberto Afonso

O assalto sexual em massa contra mulheres na noite de Ano Novo de 2016, em Colónia, envolveu, segundo relatórios oficiais, um número não inferior a um milhar de homens, em larga maioria refugiados muçulmanos candidatos a asilo, com origem no Norte da África e Médio Oriente. Os ataques, na praça da icónica catedral de Colónia e onde se localiza também a estação central de caminho de ferro, resultaram em alguns casos de estupro, mas o método de assalto em causa, com múltiplos grupos de agressores que se movimentam rapidamente no meio da multidão, é sobretudo orientado para aterrorizar mulheres cercadas e manuseadas por diversos homens ao mesmo tempo ou sucessivamente, sendo as agressões suplementadas, em muitos casos, com roubos de carteiras e telemóveis. Isto incluiu o facto de que outros homens ajudavam, fazendo uma barreira ou círculo para tapar como uma cortina os atos de abuso que estavam a ocorrer detrás, demonstrando a marcada coordenação ente os agressores que não atuaram simplesmente como uma horda desorganizada.

Mais de seiscentas mulheres deram queixa formal na polícia, nas semanas seguintes, de terem sido agredidas de algum modo. Uma palavra que parece traduzir a situação é a expressão brasileira *arrastão*. À semelhança da pesca por arrasto que captura massivamente todos os tipos de peixe, aquele termo descreve um método de roubo coordenado, conforme um grupo mais ou menos numeroso de assaltantes atravessa, numa onda violenta, ajuntamentos de pessoas em vias públicas, praias e mesmo no interior de grandes lojas e centros comerciais, roubando pertences e mercadorias que podem ser carregados; ou bloqueando o trânsito e assaltando os passageiros dos veículos. A diferença é que, no caso de arrastões em carros e autocarros, os assaltantes normalmente estão armados, enquanto os arrastões nas ruas e lojas

sobretudo retiram impacto do número, rapidez e força bruta de múltiplos criminosos à volta das pessoas. Neste sentido, o que aconteceu em Colónia foi uma espécie de arrastão sexual, ou a versão sexual de um arrastão em grande escala e planeado, visando mulheres.

Desde a Segunda Guerra Mundial, um episódio como este não tem paralelo na Europa. Mas os acontecimentos do Ano Novo, na Alemanha, ficaram marcados por outras situações sem precedente, por parte do próprio establishment alemão, reunindo polícia, autoridades e os media. A polícia de Colónia emitiu um comunicado, naquela mesma noite, referindo que a celebração do Ano Novo tinha decorrido com animação e tranquilidade. Apenas três dias depois é que jornais e televisão começaram a falar do assunto, em particular porque a situação ganhou uma dimensão galopante nas redes sociais e, de qualquer forma, porque os casos de queixa na polícia, por parte de mulheres, começaram a se avolumar. Quando o assunto não podia mais ser encoberto, autoridades alemãs, no entanto, passaram a afirmar que os acontecimentos em nada podiam ser atribuídos a refugiados muçulmanos. Particularmente notório foi o pronunciamento da presidente da câmara de Colónia, Henriette Reker, declarando que se deve saber manter ‘uma certa distância maior do que a distância de um braço’, em relação a pessoas que não se conhecem. Reker tinha ganho notoriedade algum tempo antes, quando, na véspera da eleição para a câmara, em 17 de Outubro, durante um ato da campanha num mercado, foi esfaqueada com gravidade, por um indivíduo de extrema-direita motivado por hostilidade contra refugiados. Na altura, a candidata tinha responsabilidades municipais com o acolhimento de refugiados, acabando por ganhar a eleição internada no hospital. Com aquela afirmação, porém, a presidente da câmara reproduziu uma decadente fórmula sexista, quando as próprias mulheres são acusadas de, pela forma de estar ou de vestir, provocarem o abuso, embora Reker acusasse os seus críticos, usando outro refrão cansado, de colocarem as suas palavras fora do contexto.

O facto flagrante, em qualquer caso, de a polícia não ter conseguido impedir ou reduzir os ataques explica-se por não dispor de contingentes suficientes no local, o que parece demonstrado pela circunstância de que mesmo uma mulher polícia foi atacada. Mas, a seguir, a falsa informação de que nada de anómalo se tinha passado naquela noite e o silêncio sobre o assunto, nos dias seguintes, sobretudo indicam que a polícia seguia instruções do governo do estado da Renânia-Westfalia e do governo central dirigido pela Chanceler Angela Merkel. Mas ainda mais significativa, do ponto de vista de uma sociedade democrática euro-americana, foi a cumplicidade

dos media com a pretensão desesperada do governo em esconder os factos, dado o grau de exposição pública e a magnitude com que as coisas se passaram. O problema é que a prioridade não foram as mulheres objeto de abuso, mas blindar as acusações contra os agressores baseadas na sua identidade racial, étnica e religiosa. O governo Merkel tentou abafar o acontecimento, temendo a desaprovação agravada, por parte de sectores mais vastos da opinião pública alemã e europeia, ou seja, sectores que não podem apenas ser rotulados de extrema direita, acerca do modo como Berlim geriu a crise dos refugiados.

O sentimento acerca da política de porta aberta a refugiados com origem na região muçulmana – sem proteção das fronteiras da União Europeia e sem dispositivos seguros de verificação – deteriorou-se, em particular, com a revelação, pelo governo francês, de que três dos extremistas envolvidos no ataque terrorista do Estado Islâmico, em Paris, em Novembro de 2015, aproveitaram o fluxo de refugiados para reentrarem na Europa, tratando-se de muçulmanos nascidos na Bélgica e França que se tinham juntado ao Estado Islâmico na Síria. Em qualquer caso, porém, segundo a estimativa, cerca de 70% das centenas de milhares de refugiados admitidos na Europa, desde Setembro de 2015, não são famílias, mulheres ou crianças, mas homens jovens, com menos de trinta e cinco anos. Neste contexto, não é implausível que muitos deles eram membros de milícias, na guerra civil da Síria, tomando parte em execuções, pilhagem e violência sexual, mas cujo lado foi derrotado por grupos rivais, tropas do regime ou o Estado Islâmico, ou simplesmente desertaram, misturando-se na corrente de refugiados que, ao contrário de visões romantizadas, tanto pode juntar vítimas das atrocidades da guerra na Síria como os criminosos que cometeram esses crimes. Desta forma, o problema não é apenas que militantes do Estado Islâmico, na Síria, podem ser enviados para ações terroristas na Europa, sob a capa de refugiados, mas sobretudo militantes no conflito sírio com um currículo de crimes de guerra chegam à Europa, porque os seus grupos foram destruídos e colocados em debandada pelo Estado Islâmico.

Na Europa e nos Estados Unidos, as minorias muçulmanas são crescentemente observadas sob a desconfiança de conivência, por detrás da retórica, com o terrorismo e o Islão radical. Este tipo de visão foi largamente alimentado com os recentes atentados de Paris e Bruxelas, em 15 de Novembro de 2015 e 22 de Março de 2016, respetivamente, considerando que extremistas islâmicos, em particular aqueles vivendo em bairros ou áreas maioritariamente habitadas por emigrantes muçulmanos, e muitos já nascidos no Ocidente, contam não só com o apoio direto de acólitos e

familiares, mas, segundo essa perspectiva, com cumplicidade tácita na comunidade muçulmana. Além disso, aspetos emblemáticos da cultura muçulmana, a questão da mulher em particular, passaram a ser vistos, numa representação popular, como sendo irreconciliáveis com os valores de uma sociedade democrática e igualitária.

No entanto, grupos liberais descrevem essa defesa da agenda democrática como sendo um meio puramente oportunista para a expressão da intolerância e da islamofobia segregatória, conforme os próprios europeus e americanos, de acordo com essa leitura, estão a regredir ao tribalismo hostil à diferença de que acusam os muçulmanos (Alsultany, 2012; Green, 2015). Mais do que isso, os muçulmanos tornaram-se uma bandeira do culturalismo progressista, comparando a islamofobia à homofobia e transfobia, como se o preconceito pelas pessoas LGBT não fosse uma séria questão na própria cultura muçulmana, e afirmando a necessidade de combater o preconceito contra ‘negros, homossexuais e muçulmanos’, como se os últimos fossem simplesmente agregáveis ao cânone criado pela história de luta e emancipação dos dois primeiros grupos, nas sociedades americana e europeia. Ironicamente, o véu muçulmano – com a exposição calculada de mulheres muçulmanas usando véu em protestos ou eventos de grupos liberais – tornou-se uma insígnia progressista, conforme as críticas à posição da mulher, nas comunidades de emigrantes muçulmanos, são reportadas como um ataque à diversidade da cultura democrática. Ainda mais irónico, não só o véu, que esconde parte do rosto e inteiramente o cabelo, mas também a máscara, que esconde o rosto, deixando apenas livre a área em torno dos olhos, e a própria burca, que cobre inteiramente rosto e corpo, passaram a ser, para grupos progressistas, símbolos da diferença do feminino e da liberdade de opção.

Neste ponto, um problema que não tem recebido a atenção que merece é que esta posição, segundo a qual o criticismo em relação a questões muçulmanas não é senão crime de ódio, explícito ou mal disfarçado, conduziu, por outro lado, à invisibilização do abuso endógeno; em particular, os casos de violência doméstica contra mulheres muçulmanas, simultaneamente por parte de pais e maridos e por parte de outras mulheres da família que atuam como supervisoras da cultura do poder masculino, por vezes mais violentas que os próprios homens. Estas situações, no entanto, perderam espaço, de forma acentuada, nos últimos anos, nos media ocidentais e nos grupos de defesa da mulher. Desta forma, a tentativa de abafar o ataque sexual do Ano Novo em Colónia é melhor compreendido como parte de uma tendência atual para camuflar situações que permitam, segundo essa perspectiva, alimentar o criticismo anti-muçulmano.

Um paralelo pode ser, de igual modo, observado no campo político internacional, no contexto do acordo multilateral com o Irão, assinado em Julho de 2015 e liderado pelo governo Barack Obama, para o levantamento de sanções, em troca do desmantelamento do programa nuclear iraniano. Políticos e grupos de opinião conservadores americanos foram expressivamente contrários ao acordo, pondo em causa a confiabilidade do lado iraniano, uma posição que políticos, analistas e media liberais passaram a representar como uma expressão de paranoia militarista que apenas serviria para levar os iranianos a construírem mais depressa a bomba. Ao mesmo tempo, contudo, as notícias sobre a violência do regime iraniano contra a própria sociedade iraniana – que foi tão sublinhada, na altura dos protestos contra a reeleição do Presidente Mahmoud Ahmedinejad em 2009 – agora praticamente desapareceram dos meios de comunicação americanos, um regime de pretensos zelotas teocráticos, no qual, nomeadamente, os homossexuais continuam a ser enforcados por crime de sodomia, não antes, porém, de serem repetidamente sodomizados e abusados por diversas outras formas, pelos guardas, durante o tempo em que estão presos.

Além disso, na guerra civil da Síria, a aliança do regime Assad com o governo de Vladimir Putin tornou-se a questão central da denúncia das atrocidades contra a população civil, em particular por causa dos bombardeamentos russos, mas é dada muito menor atenção à aliança do regime Assad com o governo iraniano do Presidente Hassan Rouhani, com o qual foi negociado o acordo nuclear, e o papel determinante, no terreno, representado pela Guarda Republicana iraniana, frequentemente em conjunto com milícias do grupo libanês Hezbollah, outro aliado de Assad, na eliminação de opositores do regime, o que não inclui apenas combatentes, mas, em geral, a vandalização da sociedade síria fora das áreas ocupadas pelo governo. De igual modo, é manifesta a pouca ou nenhuma atenção, por parte dos media liberais americanos e europeus, pelas denúncias de grupos de direitos humanos de que o número de condenações à morte, desde que o Presidente Hassan Rouhani tomou posse em 2013 – que os media ocidentais chamam de ‘moderado’ – subiu expressivamente em relação aos anos do governo do seu antecessor Ahmedinejad, que os media e comentaristas políticos consideram um ultraconservador contrário ao acordo nuclear, descrevendo conservadores iranianos e conservadores americanos como versões uns dos outros.

Na realidade, esta propensão para a equivalência, ou que todos os conservadores são iguais, independentemente da sociedade e do regime político, é um aspeto cru-

cial da controvérsia que tomou forma, no campo feminista, acerca do assalto sexual em Colónia, particularmente testemunhado na entrevista de duas feministas alemãs, Alice Schwartz e Anne Wizorek, no *Spiegel Online /International* (Schwartz & Wizorek, 2016). Alice Schwartz, com 73 anos, é referida como ‘a grande dama do feminismo alemão’, enquanto Anne Wizorek, com 34 anos, é apresentada como ‘um membro preeminente da nova geração de feministas’.

Significativamente, Schwarzer afirma que desde que a politização do Islão se iniciou, nos anos 1970, com o Ayatollah Khomeini e a Revolução Islâmica no Irão, o fenómeno ‘teve um adversário primário: a emancipação das mulheres’. E acrescenta que, nos anos 1960 e 1970, quando ela começou a sua carreira como feminista, o cenário ativista era dominado pela esquerda marxista que via o feminismo com muita desconfiança, porque a questão reconhecida como importante era a luta de classes, considerando a desigualdade de género e a luta pelos direitos da mulher como prerrogativas marginais que, alegadamente, retiravam o foco do que era politicamente importante. Schwarzer afirma, assim, que hoje a questão da luta de classe foi substituída pelo anti-racismo, representado, em particular, por uma estirpe de novas feministas como Anne Wizorek que, ao contrário de Schwarzer, recusou-se, como têm feito um grande número de ativistas feministas na Europa e Estados Unidos, a relacionar o assalto sexual do Ano Novo em Colónia com a origem muçulmana dos perpetradores. Segundo Wizorek, embora reconhecendo que aqueles são oriundos de sociedades onde a situação da mulher é expressamente pior do que no Ocidente, a questão é que as acusações contra os agressores muçulmanos são produzidas, em muitos casos, pelos mesmo tipo de pessoas e grupos que promovem o sexismo na sociedade alemã, observando que ‘o cerne do problema não é o Islão, mas o patriarcado’. Nessa perspetiva, o homem branco, racista, sexista e ocidental é considerado o pináculo do patriarcado supremacista e assumindo, de forma falsa e puramente oportunista, através da xenofobia, a crítica do abuso contra a mulher. Repare-se que patriarcado é, neste sentido, definido como uma entidade global, conforme o patriarcado do ‘outro’ é alegadamente subordinado à hegemonia do patriarcado ocidental.

Esta visão reflete a fundamental premissa, no discurso culturalista, sobre racismo e anticolonialismo, defendendo que a hierarquia racista e o legado do colonialismo continuam a ser forças determinantes contra os avanços de uma sociedade mais igualitária, diversa e globalista. O que chamo de culturalismo é a posição dominante atualmente do marxismo cultural que substituiu a antiga fixação na ideia da desigualdade de classe como uma forma de explicar tudo, subordinando a dimensão

cultural à estrutura económica, por uma nova fixação na ideia de cultura e desigualdade cultural, também como uma explicação para tudo. Na verdade, ‘cultura’ aqui não é tanto a realidade da diferença, mas antes um conceito ativista, promovendo a diversidade da identidade e a hibridação multicultural, em contraposição ao que se consideram falsas visões de autenticidade cultural e diferença que têm apenas como objetivo, segundo essa crítica, legitimar a perpetuação do senso de superioridade branca e de precedência ocidental. Este argumento constitui a viragem para uma espécie de materialismo simbólico, conforme a esquerda pretensamente se reconciliou com o mercado, o livre comércio e, em particular, com a economia de consumo. Agora, o acesso ao consumo é observado como a medida da igualdade simultaneamente económica e cultural, descrevendo a própria identidade cultural como uma mercadoria, conforme diferentes identidades competem por reconhecimento e por um lugar numa ordem multicultural (Moran, 2014).

Na verdade, a substituição do antigo repúdio pelo fetichismo da mercadoria por um novo fervor pelo fetichismo da cultura reflete o fracasso, com o fim do comunismo, da ambição em definir uma alternativa política ao mercado, mas – e esta é hoje a questão teoricamente influente – continuando a reverberar, por outra forma, uma ideia central do marxismo, segundo a qual o capitalismo criou, através do colonialismo, uma lógica totalizante de poder capitalista, a nível mundial, que subverteu todas as sociedades no mundo à sua imagem, hierarquia e interesses. Nesse tipo de leitura, as elites subordinadas exercem o poder nas suas sociedades como elites clientes que, de uma forma ou de outra, refletem o poder das elites e do capital ocidental e que, concretamente, trabalham para esse poder e esse capital.

Um caso demonstrativo desta perspetiva é a descrição tipicamente utilizada na caracterização da violência no México ligada ao tráfico de droga, como o produto da correlação de três elementos: o desejo por drogas na sociedade americana; o facto de que os americanos têm dinheiro para comprar essas drogas; e a realidade de que os traficantes mexicanos compram as armas nos Estados Unidos, articulando, assim, a dinâmica transnacional das drogas com a liberalização do mercado doméstico de armas na sociedade americana. Nesta leitura, o facto de que a fronteira do México é o ponto de confluência entre o tráfico de droga e de imigrantes ilegais para a América apenas expressa a pressão hegemónica do próprio vizinho americano, tornando a sociedade mexicana, alegadamente, a maior vítima, dos poderes e guerras da droga (Watt & Zepeda, 2012). Ao contrário das representações, apelidadas de supremacistas e racistas, de que o México é uma incorrigível ‘cultura de violência’, a verdadeira

cultura de violência seria a lógica do capitalismo, a nível mundial, dominado pelo poder ocidental. A persuasão marxista é, assim, que as elites subordinadas, incluindo as elites do crime organizado – e ambas são, até certo ponto, indistinguíveis em muitos países como o México, onde o estado está no crime e o crime está no estado – constituem, porém, simplesmente instrumentos da mão invisível de uma ordem geral de dominação e hierarquia, na maneira como a própria economia e suas desigualdades são agora consideradas como ‘cultura’.

Neste sentido, Joyce Marie Mushaben, professora da Universidade de Missouri, especializada em temas de política, cultura e emigração na Alemanha (Mushaben, 2008) – e tendo recebido, em 1999, um Trailblazer Award, pelo seu trabalho na promoção dos direitos das mulheres na universidade – escreveu um texto sobre os acontecimentos de Colónia, para a CNN (Mushaben, 2016), afirmando que a violência sexual de homens refugiados e emigrantes muçulmanos é o produto de um ‘problema maior’, considerando que ‘o problema maior provém da tolerância europeia e americana com a violência contra as mulheres noutras áreas do mundo’. E conclui o artigo, dizendo que ‘Quanto mais os líderes de estados ocidentais democráticos ignoram o tratamento brutal e sexista das mulheres noutros países, mais cedo isso irá regressar para nos assombrar como um fantasma a todos nós, no nosso próprio terreno’.

Na verdade, este argumento é uma versão da ideia de que não se pode acusar os agressores de Colónia, por causa da sua origem muçulmana, porque os alemães também cometem estupros e também são sexistas, incluindo em eventos públicos como o Oktoberfest de Munique e o próprio Carnaval de Colónia. Nesta variante, concretamente, os poderes ocidentais são responsáveis pela delinquência sexual praticada por refugiados e emigrantes, porque não têm feito o que deviam para promover os direitos das mulheres nos países de onde eles vieram. Esta explicação reverbera ainda outra conhecida recitação deste tipo de discurso, segundo a qual mesmo o sectarismo violento, nos países muçulmanos é, de facto, um legado do colonialismo, exacerbando e manipulando diferenças que, segundo essa perspetiva, não tinham tradicionalmente o mesmo grau de antagonismo nas sociedades muçulmanas, a fim de dividir para reinar.

A inconsistência crítica destas análises, com argumentos que são abertamente contraditórios com a sua própria linha de pensamento, é particularmente expressa noutro ponto do artigo de Mushaben, quando a autora, considerando que, na praça da catedral de Colónia, não estariam apenas mulheres brancas e refugiados, mas

muitos homens alemães também, pergunta ‘por que grandes grupos de homens alemães não vieram para salvarem as mulheres?’ Feministas que reclamam onde estão os homens que não vêm tomar conta das mulheres não é, afinal, mais contraditório, numa perspectiva anti-colonial e anti-racista, do que a reclamação da autora de que os líderes ocidentais (quase todos homens, na verdade) é que deveriam doutrinar e instruir os homens de outras sociedades sobre, em última instância, como se deve tratar uma mulher.

É assim também que a própria noção de patriarcado como uma lógica de dominação que, para certos setores feministas, constitui uma ordem global de poder sexista ao serviço do homem branco e racista, não tem em devida atenção que a violência sexualizada contra mulheres não é apenas determinada pela desigualdade entre o homem e a mulher, mas também pelas relações violentas de desigualdade entre homens. No final da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha constituiu um caso superlativo das diferentes dimensões desta realidade. O ataque sexual contra mulheres alemãs ocorreu nas zonas de ocupação americana, francesa e britânica, mas sem comparação com o que se passou na zona soviética.

A invasão do território alemão pelo Exército Vermelho, a partir de Janeiro de 1945, deu lugar ao maior estupro em massa na história e, concretamente, ao maior caso de estupro de guerra. Cerca de dois milhões de alemãs foram estupradas pelas tropas russas, um número que, porém, é uma convenção que estará muito aquém da realidade, além de que largos milhares de mulheres morreram da violação e abortos, ou podia tratar-se puramente de estupro seguido de assassinato. Mulheres de todas as idades, incluindo crianças e mulheres idosas, eram violentadas por grupos de soldados e oficiais, durante horas e, sucessivamente, nos dias seguintes, ou agrupadas em casas para o estupro coletivo. Depois da Prússia Oriental, Pomerânia e a Silésia, os territórios de Leste que primeiro foram ocupados, a atrocidade continuou, com diversa intensidade, nas áreas da zona de ocupação soviética que, mais tarde, viriam a constituir a República Democrática Alemã, com absoluto destaque, como se sabe, para o estupro das mulheres de Berlim. Uma vez que, no fim da guerra, mesmo rapazes a partir dos catorze anos foram mobilizados, a grande maioria da população nas cidades e aldeias alemãs eram mulheres, crianças e velhos, chegando a ‘hora das mulheres’ (Krockow & Fritz-Krockow, 1991) de enfrentarem uma guerra suja contra elas.

Esta situação é frequentemente explicada como o resultado de soldados traumatizados e com espírito de vingança pelas extensas atrocidades que os próprios alemães

tinham praticado nos territórios ocupados na União Soviética. A questão, no entanto, é que Stálin utilizou o estupro como uma arma de guerra, de modo que mulheres foram estupradas em todos os países supostamente libertados pelo Exército Vermelho, incluindo mulheres prisioneiras em campos de concentração alemães e mesmo mulheres russas e ucranianas que tinham sido levadas pelos alemães como trabalho forçado. Mas na Alemanha derrotada, o estupro em massa das mulheres alemãs pelo Exército Vermelho era uma forma de estupro do homem alemão, testemunhando, ao mesmo tempo, o próprio complexo de inferioridade russo em relação à Alemanha.

O que aconteceu na praça da catedral de Colónia, na aurora do ano de 2016, foi, em grande medida, um espetáculo de frustração masculina, conforme os agressores procuravam demonstrar que, sendo refugiados e emigrantes, são, porém, mais homens do que os prósperos alemães que os receberam no seu país e até aterrorizam as mulheres deles, porque, nesta mentalidade, se os homens ocidentais fossem realmente homens não deixariam as mulheres andarem à solta na esfera pública. Mas isto não significa apenas o contraste entre o hooliganismo de hoje e o tempo, há setenta anos atrás, quando verdadeiros exércitos invasores faziam uma guerra suja contra mulheres na Europa. Hoje, a emancipação da mulher é uma questão em si própria, constituindo o fiel da balança de toda a agenda de igualdade, liberdade e inclusivismo, uma vez que não existe igualdade de raça e opção sexual, nem justiça económica sem a liberdade e igualdade da mulher, porque não existe liberdade sem género. Neste sentido, o alcance da realidade que Alice Schwartz evocou, segundo uma citação acima, de que, nas suas diferentes versões desde Khomeini, o Islão radical ‘teve um adversário primário: a emancipação das mulheres’ é melhor observado na perspectiva de que a retraditionalização da mulher muçulmana não é simplesmente uma ofensiva, em geral, contra valores modernos de emancipação da mulher, mas objetivamente um ataque à mulher ocidental que representa essa emancipação.

Por outro lado, contudo, no livro que editou recentemente sobre os acontecimentos em Colónia, com textos de diversas autoras, Alice Schwartz (2016) classifica os agressores como ‘islamistas’ que distingue de ‘muçulmanos’, definindo os primeiros como representantes de uma visão retrógrada e violenta dos valores da religião e cultura islâmica, por oposição à maioria de muçulmanos. Esta divisão é, porém, apenas mais uma replicação do slogan de que não se pode culpar toda uma comunidade, uma cultura e uma religião pelos atos e ideias violentos do que se considera uma minoria de muçulmanos. O objetivo do slogan é cementar uma demarcação rígida entre crime (islamistas) e respeitabilidade (muçulmanos). Mais fecundo, de

um ponto de vista realmente analítico, porém, é a atenção pela influência que a narrativa patriarcal do sémen e do sangue continua a ter nas sociedades muçulmanas, relacionando a procriação e a continuidade da descendência do ‘sangue’ do homem, ao mesmo tempo que a forma última do derramamento do sémen viril é o derramamento do sangue dos heróis masculinos, alegorizado como uma espécie de sémen sagrado. Assim, a superioridade de homens em relação às mulheres é considerada não uma opção, mas um imperativo da ordem natural das coisas, patenteada como uma criação divina. Estas mistificações sexistas não são apenas muçulmanas, mas transversais a diferentes culturas e religiões, tanto nos monoteísmos abraâmicos como, por exemplo, no hinduísmo.

No entanto, se, nomeadamente, os abusos de jihadistas em relação a mulheres não-muçulmanas ou muçulmanas familiares de inimigos, tratadas, em ambos os casos, como espólio sexual para estupro, escravatura e casamentos forçados, são manifestações tangíveis de sexismo criminoso, o problema é como setores respeitáveis, em todas as culturas sexistas, são tributários dos mesmos valores que podem alimentar a santimónia e o crime. Na verdade, é necessário ter maior atenção crítica pelo facto de que a condição da mulher muçulmana depende, em larga medida, do apelo patriarcal que homens jovens muçulmanos, de todas as classes sociais e níveis de educação, incluindo nas comunidades muçulmanas no Ocidente, continuam a reconhecer na tríade casamento, procriação e uma mulher sob comando, como uma forma de masculinidade a exibir para outros homens. O facto, portanto, é que a fronteira entre crime e respeitabilidade não é tão clara como a divisão de territórios que Alice Schwartz pretendeu marcar na praça de Colónia atacada por ‘islamistas’ abusadores de mulheres, porque, em todas as culturas sexistas, a violência contra a mulher é um intercâmbio santimonioso entre crime e respeitabilidade, de modo que o mesmo homem que é um esturador pode ser ou vir a ser, para todos os efeitos, um respeitável pai de família.

Como foi referido, o uso do véu e de outras formas de seclusão do corpo, em público, por parte de mulheres muçulmanas no Ocidente, é explicado, na narrativa progressista de hoje, não como uma oposição à liberdade da mulher e à sexualização na sociedade ocidental, mas como uma afirmação da respeitabilidade da mulher, constituindo, nessa leitura, um modo de expressão da escolha numa cultura democrática plural, uma vez que, segundo esse discurso, as mulheres não usam o véu porque são obrigadas, mas porque querem, como marca da sua identidade, sendo a mulher muçulmana igual a qualquer outra mulher, cristã ou judia, que pratica

simultaneamente a sua fé e cidadania (Feldman, 2011; Messina-Dysert, Zobair & Levin, 2015). Este discurso progressista é objeto de um ventriloquismo oportuno, por parte de líderes religiosos e por mulheres muçulmanas que dizem representar a diferença do feminino muçulmano no mundo de hoje. O problema, no entanto, é que a questão da respeitabilidade é um aspeto central da luta da emancipação feminina, na experiência das sociedades democráticas, e isto não apenas por pura oposição entre puritanismo e revolução sexual.

Nunca é demais enfatizar que a luta pela igualdade do feminino é, em larga medida, marcada pela recusa da santimónia da respeitabilidade e dos perigos do moralismo sem moral. Isto porque a respeitabilidade da mulher constitui um dispositivo da fetichização da superioridade do homem, na narrativa do sémen e do sangue, considerando que a mulher que não é 'digna' não é digna de um 'homem de respeito'. Mas a contrapartida perversa deste discurso é a justificação da delinquência sexual contra a 'mulher sem respeito' como uma espécie de castigo merecido, ou mesmo como uma forma de concupiscência que a própria mulher deseja.

A sugestão de que, utilizando símbolos patriarcais, a mulher muçulmana não é, exclusivamente, uma correia de transmissão do patriarcado, pretende implantar a ideia de que todas as mulheres são iguais, na praça pública democrática, quando expressam, por si próprias, a sua diferença, no que se refere ao princípio feminista de que a mulher é dona do seu próprio corpo, incluindo o facto, alegadamente, de que o véu e o recato podem ser também uma expressão disso. Na verdade, este discurso é a contrapartida da narrativa de que o sexismo torna todos os homens iguais, conforme um conceito teoricamente forçado de patriarcado definido como uma ordem racista global dominada pelo sexismo branco.

O problema é uma teoria do patriarcado marcadamente anacronista, em relação à cultura pós-procriativa das sociedades ocidentais de hoje. Neste sentido, a crise de reprodução, ou o facto de que o número de nascimentos não é suficiente para garantir a continuidade da população de vários países, em particular na Europa, reflete, em primeira e em última instância, a realidade de que, atualmente, o facto de uma mulher ou de um homem se casar e ter filhos não é mais a pedra de toque da reprodução social, dependente agora do desenvolvimento de credenciais no mercado de trabalho, educação e mudança tecnológica. Além disso, crescentemente, no mundo ocidental, casamento e procriação não são mais encarados, simbolicamente, como uma dupla transmissão de genes e valores recebidos com 'o nome do pai'. Esta realidade pós-procriativa e muito secularizada significa que o fetichismo do sémen

e do sangue tem cada vez menor apelo para a cultura da masculinidade, ao mesmo tempo que, porém, o sexismo persiste na sociedade ocidental da era da libertação da mulher.

A minha questão é que o feminismo culturalista continuar a considerar sexismo como patriarcado, enquanto a questão provocativa hoje, nas democracias ocidentais, é a continuidade do sexismo para além do patriarcado. O que temos agora no mundo é, simultaneamente, sexismo patriarcal e sexismo pós-patriarcal e a mulher ocidental pode ser vítima de ambas as modalidades. As visões culturalistas anulam o caráter específico da violência de género e da inferiorização da mulher, de acordo com a sociedade, abordando violência e discriminação como reflexos de um ‘problema maior’, segundo a expressão mais acima de Joyce Marie Mushaben, radicando na ordem racista global que perpetua a dominação branca.

Um exemplo particularmente instrutivo deste tipo de mentalidade crítica é fornecido pelos desenvolvimentos do recente atentado, em 12 de Junho de 2016, contra o clube noturno gay *Pulse*, em Orlando, Flórida, perpetrado por um americano muçulmano de origem afegã, de trinta anos, que tirou a vida a 49 pessoas e feriu outras 53. Trata-se do pior atentado terrorista no solo americano, desde o 11 de Setembro, mas, em particular, é o atentado com o maior número de mortos contra a comunidade sexual, até hoje, nos Estados Unidos. Além do refrão de que se tratou de um ato por parte de um indivíduo muçulmano isolado e que não se pode responsabilizar os muçulmanos em geral por causa disso, o ataque foi rapidamente absorvido, nos media, pelo tema da liberalização do porte de armas nos Estados Unidos. Neste contexto, o terrorismo com origem em membros da comunidade muçulmana é visto como mais um aspeto da disfuncionalidade da sociedade americana, estimulada, segundo essa perspetiva, pelo aceso fácil ao mercado de armas que facilita os atos de violência de qualquer grupo.

Particularmente significativa, porém, é a forma rápida e muito evidente como a comunidade homossexual delegou o controle da narrativa sobre o atentado de Orlando. A comparação com Stonewall torna bastante claro o que está em questão, referindo o levantamento de homossexuais contra a repressão da polícia, na sequência de uma incursão policial no bar gay Stonewell Inn, em 28 de Junho de 1969 em Nova York. As manifestações, na altura, constituíram o ponto de viragem na história pela luta dos direitos homossexuais nos Estados Unidos, expressando, em particular, o modo como não só a comunidade homossexual assumiu frontalmente uma atitude contra os poderes repressivos, mas sobretudo forçou a necessidade de reconhecer uma cul-

tura homossexual como parte da sociedade americana. Depois de Stonewall, o movimento gay americano passou a ser definido pela auto-afirmação. No caso do atentado de Orlando, porém, e não obstante a sua dimensão, a auto-afirmação diluiu-se, em larga medida, no discurso que todo o atentado é, na base, igual a outro atentado, seja anti-gay ou contra qualquer outro grupo, porque, segundo essa linguagem, a violência homofóbica, mesmo que com origem em pessoas muçulmanas, é, de qualquer forma, estimulada pela violência do comércio das armas na sociedade americana.

Para esta visão, além disso, da mesma forma que feministas consideram que a denúncia do racismo tem precedência de causa em relação à denúncia da violência contra a mulher, se terroristas muçulmanos praticam crimes é porque utilizam os meios de destruição que foram postos à disposição dos mesmos brancos racistas, homofóbicos e islamofóbicos que se dizem anti-terroristas e que, por oportunismo, aparecem a condenar a brutalidade homicida contra gays. O que está em causa, desta forma é a tendência para não pensar os problemas da mulher nos termos das mulheres e de, nomeadamente, não pensar a questão homossexual em termos dos homossexuais, mas como derivações de uma ordem geral de dominação racista.

Um outro evento recente da primeira metade de 2016 demonstra, porém, que este modo de ver as coisas acaba por colidir com a afirmação da identidade negra americana que luta precisamente contra a universalização e abstração do conceito de racismo. A competição entre Hillary Clinton e Bernie Sanders, nas primárias do Partido Democrata, pela nomeação como candidato à corrida para Presidente dos Estados Unidos ficou marcada, em particular, pelo fracasso de Sanders em atrair os eleitores da comunidade afro-americana que preferem Hillary Clinton, como tinha acontecido, no passado, com Bill Clinton. Os eleitores negros apenas deixaram de apoiar o campo Clinton nas primárias de 2008, quando o principal oponente de Hillary Clinton era Barack Obama, o candidato afro-americano por excelência. O que está em causa, na minha leitura, é que a comunidade negra americana vota, particularmente, em candidatos que permitam afirmar o caráter específico de uma agenda negra, preservando a identidade do voto negro. O discurso progressista de Bernie Sanders acerca do combate à desigualdade económica nos Estados Unidos não tem um apelo político deste tipo, porque, tradicionalmente, os negros americanos desconfiam de agendas políticas que defendem os desfavorecidos, mas que não conferem suficiente especificidade à condição negra, mesmo quando os mesmos políticos enfatizam, como é o caso de Sanders, que os negros são particularmente desfavorecidos.

Ou seja, os afro-americanos suspeitam de propostas políticas em que se sentem

subsumidos nos problemas de brancos pobres, que consideram os representantes mais endurecidos do racismo da maioria branca, ao mesmo tempo que consideram que os brancos, mesmo desfavorecidos, terão sempre alguma forma de vantagem econômica em relação aos negros. E, hoje, também, por detrás das aparências da linguagem politicamente correta, os negros não querem a questão afro-americana misturada com os problemas de latinos e outras minorias que se colam ao debate anti-racista afro-americano, ao mesmo tempo que representam formas próprias de racismo e preconceito contra os negros.

A tendência dominante na comunidade afro-americana é, conseqüentemente, evitar que a questão do racismo fique diluída noutras agendas, algo que precisamente acontece no culturalismo 'socialista' de Sanders. Isto não significa, porém, que o culturalismo de conveniência representado por Hillary Clinton tenha uma plataforma política robusta sobre a questão negra. A comunidade negra é que explora a marca Clinton como referência sua. Mas enquanto políticos negros americanos progressistas reproduzem o discurso culturalista, com ênfase para o próprio Barack Obama, colocando o racismo branco numa dimensão global como a desigualdade de todas as desigualdades, a questão é que a base do movimento negro americano procura preservar o racismo como uma categoria da sua identidade, compreendendo que observar o racismo, numa estrutura global sem âncora nos contextos localizados da desigualdade racial, acaba por enfraquecer a consciência do racismo como uma realidade do terreno concreto das relações de poder na sociedade americana. O mesmo pode ser observado no que se refere à questão das armas.

Na cultura política afro-americana, o problema principal não é a liberalização das armas, mas a violência armada, por parte de forças de segurança que matam mais jovens e homens negros do que pessoas de qualquer outro grupo. Esta convicção energizou o movimento Black Lives Matter, a partir de 2013, e que ganhou particular projeção com os protestos na sequência da morte do rapaz negro de 18 anos, Michael Brown, em Ferguson, Missouri, em 9 de Agosto de 2014, e de Eric Garner, de 43 anos, em Nova York, em 17 de Julho de 2014. Michael Brown foi abatido por um oficial branco, segundo alguns por abuso no uso da força, na sequência do assalto a uma loja de conveniência. De igual modo, Garner morreu sufocado, por causa, em particular, da excessiva compressão do pescoço exercida por um policial para o imobilizar. A explicação convencional é que o acesso a armas permite a disseminação de ataques letais com mortos em massa, mas o contexto social de onde saíram os agressores e o contexto social das vítimas são ambos diluídos como uma questão geral. O

sentido do movimento Black Lives Matter, ao afirmar que as vidas negras importam, é dizer que a vítima negra não pode ser invisibilizada, como um alvo preferencial da violência policial, nem reduzida simplesmente a uma dimensão da persistência da injustiça e preconceito enraizados.

Em qualquer caso, o argumento culturalista depende, em larga medida, de uma romantização que obscurece o facto de que as identidades sujeitas ao preconceito são também agentes de preconceito. Como foi referido, os afro-americanos podem ser objeto de racismo por parte de outros grupos que se reclamam eles próprios de serem vítimas de inferiorização racial. Neste sentido, em vez de se considerar que a esquerda liberal mudou a ênfase dos conflitos de classe para o racismo e a continuidade do colonialismo por outros meios, parece mais consequente considerar o esquecimento conveniente do facto de que, no que se refere, às divisões de classe, identidades reprimidas são tão divididas internamente como o resto da sociedade. Não são apenas os brancos com dinheiro ou com pretensões a isso que desprezam brancos pobres, mas negros e homossexuais podem ter a mesma atitude em relação aos desprivilegiados no interior do seu próprio grupo ou comunidade e, nestes casos, quando evocam a comunidade negra ou a comunidade gay estão, na verdade, a falar de uma sinédoque de si próprios e do nicho social a que pertencem ou a que gostariam de pertencer.

Um tema persistente da esquerda é a denúncia do anti-intelectualismo de direita e conservador, sublinhando o compromisso com ideias democráticas e movimentos socialmente transformativos. Mas hoje é a retórica culturalista da esquerda liberal e do ativismo progressista, nos media, academia e sistema político, que constitui uma força perversiva na degradação da teoria democrática. Em vez de falar a verdade ao poder, como a verdadeira forma de ação, os progressistas ajudam o poder a tornar uma verdade numa mentira e uma mentira numa verdade, promovendo uma espiral de negação acerca da natureza da violência que separa a luta por igualdade sexual, racial e económica dos contextos sociais concretos onde a desigualdade e a violência contra a identidade são vividas.

REFERÊNCIAS

- Alsultany, Evelyn (2012). *The arabs and muslims in the media: Race and representation after 9/11*. New York University Press.
- Feldman, Jan (2011). *Citizenship, faith and feminism: Jewish and muslim women reclaim their rights*. Brandeis
- Green, Todd H. (2015). *The fear of islam: An introduction to islamophobia in the west*. Fortress Press.
- Krockow, Christian von & Fritz-Krockow, Libussa (1991). *Hour of the women: A young mother's survive at the close of world war II*. Tradução de Krishna Winston. Harpercollins.
- Messina-Dysert, Zobair & Levin (org.) (2015). *Faithfully feminist: Jewish, christian, and muslim feminists on why I stay*. White Cloud Press.
- Moran, Marie (2014). *Identity and capitalism*. Sage.
- Mushaben, Joyce Marie. (2008). *The changing faces of citizenship: Integration and mobilization among ethnic minorities in Germany*. Berghahn Books.
- Mushaben, Joyce Marie. (2016). *The sad truth highlighted by german assaults*. CNN/ International Edition. URL: <http://edition.cnn.com/2016/01/11/opinions/mushaben-cologne-attacks/index.html>
- Schwarzer, Alice (ed.). (2016). *Der shock: Die silversternacht in Köln*. Kiepenheuer & Witsch.
- Schwarzer, Alice & Wizorek, Anne. (2016). A feminist view of cologne: The current outrage is very hypocritical. Entrevista conduzida por Christiane Hoffmann e René Pfister. *Der Spiegel International*. URL: <http://www.spiegel.de/international/germany/german-feminists-debate-cologne-attacks-a-1072806.html>
- Watt, Peter & Zepeda, Roberto (2012). *Drug war Mexico: Politics, neoliberalism and violence in the new narcoeconomy*. Zed Books.

Carlos Alberto Afonso.

Professor Associado, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.